

## O Curso De Direito

Adriano Martins Pinheiro \*

### **O amor ao direito.**

Lembro-me de quando decidi fazer direito; era uma escolha difícil e temerosa. Eu acabara de concluir um curso na área de eletrônica, quando recebi o a carteira do CREA que me abria várias portas e oportunidades na profissão.

Começara a prestar serviços para Telefônica em um grupo de acionamento e gestão, consegui destaque e a simpatia dos supervisores e responsáveis pelo setor, logo fiz o curso técnico e fui promovido a auxiliar técnico de infra-estrutura, um tempo depois, passei para Técnico em Comutação I, nome dado a quem operava os softwares das centrais telefônicas.

Para sermos sucintos, nos adiantaremos para o momento em que surgira uma vaga , cuja oportunidade exigia alguém que conhecesse os procedimentos de gestão e técnica, que conhecesse basicamente todas as áreas pertinentes à telefonia, quais sejam; rede externa de fios, cabos, DG's, comutação, transmissão e infra-estrutura. Como todo profissional curioso, eu sempre estudara tudo a respeito de telefonia, tudo que, às vezes, nem dizia respeito a minha função diretamente, mas eu sempre buscara saber a fundo o que,e para que, eu estava fazendo.

A ascensão se deu em apenas três anos, quando ao final, eu estava gerenciando junto com outro gestor, coordenação e gerência, toda planta interna da empresa, incluindo desde as reclamações geradas pelos assinantes até a resolução final dos defeitos. A maioria desconhece, mas é um trabalho gigantesco e muito burocrático.

O que vale lembrar, é que quando acabei de me formar e atuar como recém-formado em telecomunicações, me matriculei no curso de direito, e foi daí, que surgiu a maior paixão e desafio profissional da minha carreira.

Perdi noites de sono, perdi apetite e muitas vezes suei frio em razão da decisão que tinha de tomar. Era uma decisão difícil e que não parecia oferecer muito tempo, pois a cada dia, ficava mais difícil conciliar a engenharia de telecomunicações com o curso de direito. O único fato que me consolava, era meu tipo de trabalho, pois exigia muita escrita, persuasão, capacidade crítica e criativa, elementos que até hoje me são muito úteis.

A verdade era que eu desejava estagiar em direito, queria conhecer os atos processuais, as tramitações, os procedimentos forenses e os macetes peculiares da profissão. Advogar passou a ser o meu objetivo.

O artigo "A importância do estágio", de minha autoria, já externa claramente como é importante estagiar na área em que se pretende atuar e quão proveitoso é isto para o profissional.

Comecei a comentar com os colegas de trabalho, e até mesmo com os meus superiores - com quem eu tinha um ótimo relacionamento e uma reciprocidade de admiração e respeito - sobre a vontade de enfrentar meu próximo desafio profissional. Embora a ansiedade quisesse tomar conta de mim, eu sempre procurei lembrar as muitas circunstâncias adversas e desafios que venci e este não seria diferente.

Após ter comentado por inúmeras vezes, que eu precisava me desligar da empresa, por uma triste coincidência, perdemos o maior contrato de serviço que possuíamos e com a turbulência na administração, somadas com as incertezas do nosso futuro, tive a oportunidade de, efetivamente, mergulhar na área jurídica. Até hoje, sinto-me feliz por isto.

Hoje atuo na área jurídica como estagiário em direito. Tenho agregado saberes jurídicos a cada dia, aprendido mais e mais com a experiência. Ao ler uma petição, ao acompanhar os trâmites processuais nos fóruns e tribunais, tenho conhecido as particularidades do processo, por enquanto, apenas o processo civil e o trabalhista. A oportunidade de ler e escrever petições, também tem sido de grande importância a minha formação acadêmica e profissional, chego a ponto de concluir, que não há, a mínima possibilidade de ser bem sucedido na advocacia, sem passar, obrigatoriamente, por um bom estágio.

Para que os pretendentes a carreira jurídica, que desconhecem as dificuldades e exigências da profissão, não permaneçam desavisados, vão aqui algumas advertências;

Quanto ao curso de Direito;

Hoje muitos fazem direito, sem saber exatamente onde estão. Infelizmente há muitos alunos que estão fora da realidade jurídica, desconhecem a matéria, não conhecem a doutrina, não freqüentam as aulas e avançam cada vez mais próximos da conclusão do curso. Sem contar que não tem a mínima noção do que é a carreira jurídica, por conta disto, nem sabem se é isto que querem para si.

Às vezes, fico assustado com muitos chamados universitários brasileiros, não sabem falar a própria língua, não são capazes de escrever uma redação, não estão aptos a um raciocínio lógico ou a concatenar idéias. Tudo isto, é ainda mais trágico, quando consideramos que muitos deles estão no curso de direito. Não que as outras profissões não necessitem de pessoas com essas competências, mas a questão que se considera aqui, é o fato que o advogado, juiz, promotor, ou seja qual for o profissional, terá como principal ferramenta à língua portuguesa, seja ela falada ou escrita. Serão de igual importância o raciocínio lógico, a percepção sociológica e filosófica e a capacidade de argumentação. A visão crítica e intelectual do mundo também é essencial.

Além do despreparo de algumas universidades e professores, é ainda mais preocupante, o comportamento acadêmico da maioria dos alunos que freqüentam as universidades;

As faltas consecutivas, a falta do hábito de ler, a desatualização e o baixo nível cultural, fazem com que muitos profissionais despreparados e desqualificados sejam "jogados" no mercado de trabalho. E alguns acabam entrando assim mesmo.

A leitura é imprescindível para o operador do direito, pois este terá que ler a doutrina, pesquisar a jurisprudência, enfim, toda a informação do profissional jurídico, se dá por meio da leitura.

Ao ler, estimulamos a nossa capacidade de raciocínio, exercitamos a nossa prática em interpretar textos e agregamos maior capacidade em transcrever as nossas idéias. Uma coisa que atrapalha o estudante brasileiro, é o fato de ele esperar que o conhecimento seja transferido a ele, como um passe de mágica, ou que o professor abra seu crânio e coloque o

conhecimento lá dentro. A maioria ignora que ninguém pode ler por ninguém, não se pode ensinar a ler nesta fase da vida.

Li certa feita sobre ensinar o direito .....MENCIONAR....Não ousou ensinar o direito, ousou levá-los a reflexão...

Sabemos da má-fama que o brasileiro tem, ante o hábito de ler, no entanto, temos que entender, que isto é inadmissível ao estudante de direito.

Assim são os analfabetos funcionais; eles lêem apenas o mecânico, ou seja, lêem o letreiro do ônibus, a marca na embalagem de um produto, a promoção no folheto, mas não lêem um texto complexo, um artigo, quanto mais um livro. Essa não-leitura resulta na incapacidade do cérebro, na paralisia do raciocínio, no congelamento da inteligência.

Alguém disse: "Sabe qual a diferença entre um analfabeto e alguém que sabe ler e não lê? Nenhuma, ambos não lêem".

Outro quesito indispensável ao estudante de direito é a escrita. A escrita só é desenvolvida com a prática e exige muito treinamento. Assim como no caso da leitura, não se pode ensinar a escrever, sem a prática do próprio interessado. Não se ensina a escrever, não se escreve por alguém, em razão disto, muitos chegam à universidade, e saem de lá, sem a capacidade de escrever uma simples redação.

Temos conhecimento de que a grande culpa da falta de preparo dos estudantes está na deficiência do Estado. Embora isto tenha que mudar, não podemos isentar de culpa, aqueles que negligenciam o seu próprio desenvolvimento. A princípio, isto só diz respeito a eles, mas em outro ângulo, entendemos que, ao final, atrasa o desenvolvimento da nação inteira.

Sempre estudei em escola pública, confesso que tive um ensino fundamental e médio precário, mas nunca deixei de buscar meus valores, nunca negligenciei em superar a deficiência que involuntariamente adquiri. Quando percebi, com a minha personalidade observadora e curiosa, que precisava, e muito, me qualificar e estar pronto ao mercado de trabalho, passei então a fazer vários cursos e a participar de várias palestras, sem contudo, deixar de escrever cada vez mais e a devorar o conhecimento, seja ele por meio impresso ou digitalizado.

Já me deparei com situações vexatórias, no que tange a expressão da língua portuguesa. Esperamos que um profissional com formação superior saiba falar, ao menos o básico da língua pátria.

Se por um lado, torna-se difícil exigir que todos atendam perfeitamente a norma culta da língua, por outro, é imprescindível não cometer os erros que os não-alfabetizados cometem. Já ouvi em tribunais, coisas como; (...) "me dão processo para *mim ver* um coisa" (...), e (...) "amanhã teremos *menas* audiências" (...), e (...) "a gente *vai tá* buscando uma solução"(...). Nem mencionaremos algumas preciosidades escritas, que encontramos em algumas petições.

Ao ler o livro de Luciano Correia da Silva, *Português Forense* (Editora Saraiva, 1987), senti uma certa indignação no autor ao dizer:

(...) "Nossas faculdades, matriculando alunos com nota final abaixo de cinco, passaram a formar profissionais nem sempre preparados para o exercício competente de seu mister" (...), (...) "nossas Faculdades de Direito dão à luz, com exceções, uma parcela de bacharéis despreparados para o exercício da advocacia" (...), "Não vamos incorrer em erro de generalização, mas é certo que o percentual dos escapos à mediocridade se revela sempre baixíssimo".

Ainda acrescenta: "A proliferação de escolas inviáveis e o defeituoso processo seletivo aprofundaram a pobreza de redação e de dicção de nossos bacharéis. Na prática forense, inúmeros são os casos de petições e razões ineptas, a ponto de preocupar a Ordem dos Advogados do Brasil. Nos concursos públicos, o item de maior reprovação é o Português: os candidatos conhecem as respostas, porém não sabem expressar-se".

Certa feita ao abrir o livro; *Gramática Essencial Ilustrada*, do Professor de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, Luiz Antônio Sacconi, deparei-me com a seguinte proposição:

"Desconhecer a língua pátria é vergonhoso; desrespeitá-la é afrontoso. O princípio da nacionalidade, do civismo e da própria cidadania começa com o respeito à língua pátria. Ame-a, cultive-a quanto puder!"

\* Adriano Martins Pinheiro - Estudante de Direito e Técnico em Qualidade. Participou de entrevistas em rádios comunitárias sobre assuntos sociais. Trabalhou com palestras de motivação para grupo de jovens em RJ, DF, GO, MG e outros estados. Tem vários artigos publicados em diversos sites.

Disponível em:

<http://www.webartigos.com/articles/4962/1/o-curso-de-direito/pagina1.html>

Acesso em: 11 de abril de 2008.